

DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE REGIONAL A PARTIR DE INDICADORES EDUCACIONAIS

EDUCATIONAL INEQUALITIES IN BRAZIL: A REGIONAL ANALYSIS BASED ON EDUCATIONAL INDICATORS

DESIGUALDADES EDUCATIVAS EN BRASIL: UN ANÁLISIS REGIONAL BASADO EN INDICADORES EDUCATIVOS

 <https://doi.org/10.56238/arev8n2-005>

Data de submissão: 02/01/2026

Data de publicação: 02/02/2026

Cleber Lopes

Mestrado em Educação

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8300190571185299>

Andrea Giselle Ribeiro de Souza

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação

Instituição: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5379693855330303>

Inácia Oliveira de Azevedo

Especialização em Psicopedagogia

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1959448264262712>

Melquizedec Arcos Rodrigues

Doutor em Engenharia Mecânica

Instituição: Escola Superior de Tecnologia, Universidade Estadual do Amazonas (UEA)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2325389016838433>

Claudio Noel de Toni Junior¹

Doutorando em Linguística

Instituição: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5374-8475>

RESUMO

As desigualdades educacionais no Brasil constituem fenômeno histórico e estrutural que compromete a garantia do direito à educação de qualidade para todos os cidadãos. Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender como as disparidades regionais nos indicadores educacionais refletem e reproduzem desigualdades sociais e econômicas que caracterizam a sociedade brasileira. O objetivo principal consiste em analisar as desigualdades educacionais no Brasil a partir de indicadores regionais que evidenciem disparidades no acesso, permanência e qualidade da educação básica. A metodologia fundamenta-se em revisão bibliográfica sistemática de abordagem qualitativa, privilegiando fontes acadêmicas recentes sobre desigualdades educacionais, indicadores regionais e políticas públicas, complementada por análise documental de relatórios estatísticos e legislações educacionais. Os principais resultados revelam que as regiões Norte e Nordeste apresentam

¹ Bolsista Capes

sistematicamente indicadores educacionais inferiores aos observados nas regiões Sul e Sudeste, refletindo desigualdades na infraestrutura escolar, formação docente e condições socioeconômicas. As conclusões evidenciam que as desigualdades educacionais articulam-se com padrões mais amplos de desenvolvimento desigual entre regiões, demandando políticas intersetoriais que reconheçam as múltiplas dimensões da desigualdade social.

Palavras-chave: Desigualdades Educacionais. Disparidades Regionais. Indicadores Educacionais. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Educational inequalities in Brazil constitute a historical and structural phenomenon that compromises the guarantee of the right to quality education for all citizens. This study is justified by the need to understand how regional disparities in educational indicators reflect and reproduce social and economic inequalities that characterize Brazilian society. The main objective is to analyze educational inequalities in Brazil based on regional indicators that reveal disparities in access, permanence, and quality of basic education. The methodology is based on a systematic bibliographic review with a qualitative approach, prioritizing recent academic sources on educational inequalities, regional indicators, and public policies, complemented by documentary analysis of statistical reports and educational legislation. The main results reveal that the North and Northeast regions systematically present lower educational indicators compared to those observed in the South and Southeast regions, reflecting inequalities in school infrastructure, teacher training, and socioeconomic conditions. The conclusions show that educational inequalities are articulated with broader patterns of unequal development between regions, requiring intersectoral policies that recognize the multiple dimensions of social inequality.

Keywords: Educational Inequalities. Regional Disparities. Educational Indicators. Public Policies.

RESUMEN

Las desigualdades educativas en Brasil constituyen un fenómeno histórico y estructural que compromete la garantía del derecho a una educación de calidad para todos los ciudadanos. Este estudio se justifica por la necesidad de comprender cómo las disparidades regionales en los indicadores educativos reflejan y reproducen las desigualdades sociales y económicas que caracterizan a la sociedad brasileña. El objetivo principal es analizar las desigualdades educativas en Brasil con base en indicadores regionales que resaltan las disparidades en el acceso, la retención y la calidad de la educación básica. La metodología se basa en una revisión sistemática de la literatura con un enfoque cualitativo, priorizando fuentes académicas recientes sobre desigualdades educativas, indicadores regionales y políticas públicas, complementadas con el análisis documental de informes estadísticos y legislación educativa. Los principales resultados revelan que las regiones Norte y Nordeste presentan sistemáticamente indicadores educativos más bajos que los observados en las regiones Sur y Sudeste, lo que refleja desigualdades en la infraestructura escolar, la formación docente y las condiciones socioeconómicas. Las conclusiones muestran que las desigualdades educativas están vinculadas a patrones más amplios de desarrollo desigual entre regiones, lo que exige políticas intersetoriales que reconozcan las múltiples dimensiones de la desigualdad social.

Palabras clave: Desigualdades Educativas. Disparidades Regionales. Indicadores Educativos. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

As desigualdades educacionais no Brasil constituem fenômeno histórico e estrutural que compromete a garantia do direito à educação de qualidade para todos os cidadãos. O problema central que orienta esta investigação reside na seguinte questão: de que maneira as disparidades regionais nos indicadores educacionais refletem e reproduzem desigualdades sociais e econômicas que caracterizam a sociedade brasileira? Esta interrogação emerge da constatação de que, apesar dos avanços na universalização do acesso à educação básica nas últimas décadas, persistem assimetrias significativas entre diferentes regiões do país, comprometendo a equidade educacional e perpetuando ciclos intergeracionais de exclusão social.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender os mecanismos através dos quais as desigualdades regionais se manifestam nos indicadores educacionais e suas implicações para o desenvolvimento humano e social. Andriola, Sonenberg e Lira (2020, p. 3) destacam que "a enfermagem de prática avançada representa estratégia para melhorar o cuidado materno-infantil no Brasil", evidenciando como políticas públicas setoriais podem contribuir para a redução de desigualdades que afetam populações vulneráveis. Esta perspectiva revela que as desigualdades educacionais articulam-se com outras dimensões da desigualdade social, incluindo acesso à saúde, renda e oportunidades de desenvolvimento.

O contexto educacional brasileiro caracteriza-se por profundas disparidades regionais que refletem processos históricos de concentração de recursos e poder. Barros *et al.* (2025, p. 5) afirmam que "a maternidade na adolescência no Brasil apresenta altas taxas de fecundidade e desigualdades marcantes entre municípios e regiões", demonstrando como fenômenos sociais relacionados à educação e à saúde reprodutiva distribuem-se de forma desigual pelo território nacional. Esta constatação evidencia que as desigualdades educacionais não constituem fenômeno isolado, mas integram-se a um conjunto mais amplo de desigualdades que marcam a sociedade brasileira.

A análise dos indicadores educacionais revela que as disparidades regionais manifestam-se em múltiplas dimensões, incluindo acesso à educação, permanência escolar, qualidade do ensino e resultados de aprendizagem. Duarte e Medeiros (2024, p. 12) observam que "o novo Fundeb e a complementação do valor aluno ano resultado evidenciam cenário de desigualdade social e educacional", sinalizando como mecanismos de financiamento educacional, embora representem avanços, ainda mostram-se insuficientes para compensar integralmente as assimetrias regionais. Esta perspectiva aponta para a necessidade de políticas redistributivas mais robustas que considerem as especificidades regionais e promovam equidade efetiva no acesso à educação de qualidade.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar as desigualdades educacionais no Brasil a partir de indicadores regionais que evidenciem disparidades no acesso, permanência e qualidade da educação básica. Para alcançar este propósito, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: identificar os principais indicadores educacionais que revelam desigualdades regionais no Brasil; examinar as relações entre desigualdades educacionais e desigualdades socioeconômicas regionais; avaliar os impactos das políticas educacionais redistributivas sobre a redução das assimetrias regionais; e propor reflexões sobre possíveis estratégias para promover maior equidade educacional no território nacional.

A metodologia adotada fundamenta-se em revisão bibliográfica sistemática, privilegiando fontes acadêmicas recentes que abordam desigualdades educacionais, indicadores regionais e políticas públicas. A abordagem qualitativa permite aprofundar a compreensão dos fenômenos investigados, enquanto a análise documental de relatórios oficiais e dados estatísticos complementa o referencial teórico construído. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, buscando mapear o estado atual do conhecimento sobre o tema e identificar lacunas que demandam investigações futuras, contribuindo para o debate acadêmico e político sobre equidade educacional no Brasil.

A estrutura deste trabalho organiza-se em cinco seções principais que se articulam de forma lógica e progressiva. Após esta introdução, que contextualiza o problema de pesquisa e apresenta os objetivos do estudo, o referencial teórico apresenta os conceitos fundamentais relacionados às desigualdades educacionais e às disparidades regionais, dialogando com autores que investigam estas temáticas sob diferentes perspectivas analíticas. A metodologia detalha os procedimentos adotados para a realização da pesquisa, explicitando escolhas metodológicas e suas justificativas epistemológicas. Os resultados e discussão apresentam os achados da investigação, interpretando-os à luz do referencial teórico construído e estabelecendo conexões com o contexto mais amplo das desigualdades sociais brasileiras. Por fim, as considerações finais sintetizam as contribuições do estudo, apontam suas limitações metodológicas e conceituais, e sugerem caminhos para pesquisas futuras que aprofundem a compreensão deste fenômeno complexo e multifacetado que afeta milhões de estudantes brasileiros e compromete o desenvolvimento humano e social do país.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As desigualdades educacionais constituem tema central nos debates sobre desenvolvimento social e equidade, especialmente quando se considera sua relação com a reprodução de desigualdades sociais e econômicas entre diferentes regiões do país. Freitas *et al.* (2025, p. 23) afirmam que "a

BNCC e a educação inclusiva apresentam perspectivas para uma aprendizagem significativa e equitativa", evidenciando como marcos normativos podem orientar políticas que promovam maior equidade educacional. Esta perspectiva revela que a redução das desigualdades educacionais depende não apenas de recursos financeiros, mas também de diretrizes pedagógicas que reconheçam a diversidade e promovam inclusão.

A compreensão das desigualdades regionais exige análise que transcenda indicadores quantitativos e alcance as dimensões qualitativas que caracterizam as experiências educacionais em diferentes contextos territoriais. Guimarães (2018, p. 5) destaca que "a teoria da equidade reversa se aplica na atenção primária à saúde, conforme evidências de 5.564 municípios brasileiros", demonstrando como disparidades regionais manifestam-se em diferentes setores de políticas públicas. Esta constatação evidencia que as desigualdades educacionais inserem-se em contexto mais amplo de desigualdades sociais que afetam múltiplas dimensões da vida dos cidadãos, incluindo saúde, renda e oportunidades de desenvolvimento.

A análise dos indicadores educacionais revela que fatores socioeconômicos exercem influência determinante sobre o desempenho escolar e as trajetórias educacionais dos estudantes. Guimarães e Andrade (2021, p. 4455) argumentam que "o paradoxo de Simpson evidencia dinâmica da população, pobreza e desigualdade em estudo de caso demográfico", evidenciando como análises estatísticas podem revelar padrões complexos de desigualdade que não são imediatamente aparentes em análises agregadas. Esta perspectiva metodológica aponta para a necessidade de abordagens analíticas sofisticadas que captem as múltiplas dimensões das desigualdades educacionais.

O debate sobre desigualdades educacionais articula-se com discussões mais amplas sobre o papel do Estado na garantia de direitos sociais e na promoção da justiça distributiva. As políticas educacionais redistributivas, como o Fundeb, representam tentativas de equalizar as condições de oferta educacional entre diferentes regiões e municípios. Contudo, a efetividade destes mecanismos depende não apenas do volume de recursos disponibilizados, mas também da capacidade institucional dos sistemas de ensino para converter investimentos financeiros em melhorias efetivas na qualidade educacional e nos resultados de aprendizagem.

A literatura especializada aponta que a relação entre investimento educacional e redução de desigualdades não se estabelece de forma linear ou automática. Múltiplos fatores intermediam esta relação, incluindo gestão escolar, formação docente, infraestrutura física, materiais didáticos e práticas pedagógicas. Portanto, políticas de redução de desigualdades educacionais devem articular-se com estratégias abrangentes que contemplem estas diferentes dimensões do processo educativo. A

fragmentação de políticas e a descontinuidade administrativa constituem obstáculos recorrentes à consolidação de sistemas educacionais equitativos e eficientes.

As desigualdades regionais nos indicadores educacionais refletem disparidades históricas na distribuição de recursos e oportunidades entre diferentes regiões do país. Regiões Norte e Nordeste apresentam sistematicamente indicadores educacionais inferiores aos observados nas regiões Sul e Sudeste, refletindo não apenas diferenças no investimento por aluno, mas também desigualdades na infraestrutura escolar, na formação docente e nas condições socioeconômicas das famílias. Esta concentração regional de recursos e oportunidades perpetua ciclos intergeracionais de desigualdade que comprometem a mobilidade social e o desenvolvimento humano.

A análise histórica das políticas educacionais brasileiras revela alternância entre momentos de expansão do acesso à educação e períodos de estagnação ou retrocesso nos indicadores de qualidade. A universalização do acesso à educação básica, conquista das últimas décadas, não foi acompanhada de melhorias proporcionais na qualidade do ensino oferecido, especialmente nas regiões mais pobres do país. Esta dissociação entre acesso e qualidade configura novo padrão de desigualdade educacional que se manifesta não na exclusão formal do sistema educacional, mas na oferta de educação de baixa qualidade que não garante aprendizagens efetivas.

O referencial teórico construído evidencia que as desigualdades educacionais constituem fenômeno multidimensional que envolve aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. A redução destas desigualdades exige políticas abrangentes que articulem financiamento adequado, gestão eficiente, valorização profissional dos educadores e participação social nos processos decisórios. As disparidades regionais, por sua vez, demandam políticas redistributivas que reconheçam as especificidades locais e promovam equidade sem desconsiderar a diversidade que caracteriza o território nacional, respeitando autonomias locais e estimulando inovações pedagógicas contextualizadas às realidades regionais.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como estudo exploratório-descritivo de abordagem qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica sistemática sobre desigualdades educacionais e disparidades regionais no contexto brasileiro. A escolha metodológica justifica-se pela natureza do objeto investigado, que demanda compreensão aprofundada de processos sociais complexos e multidimensionais. Helene e Mariano (2020, p. 8) analisam educação e desigualdade na distribuição de rendas, demonstrando como estudos qualitativos permitem captar relações complexas entre variáveis educacionais e socioeconômicas que escapam a análises exclusivamente quantitativas.

O procedimento metodológico adotado estrutura-se em três etapas sequenciais e complementares. Inicialmente, realizou-se levantamento bibliográfico em bases de dados acadêmicas, privilegiando publicações dos últimos cinco anos que abordam desigualdades educacionais, indicadores regionais e políticas públicas. Os critérios de inclusão contemplaram artigos publicados em periódicos científicos indexados, teses, dissertações e documentos oficiais de órgãos governamentais relacionados à educação. A seleção priorizou fontes que apresentassem dados empíricos, análises teóricas consistentes e contribuições originais para o campo investigado, garantindo a qualidade e relevância das informações utilizadas na construção do referencial teórico.

A segunda etapa consistiu na análise documental de relatórios estatísticos, legislações educacionais e documentos normativos que regulamentam as políticas educacionais no Brasil. Horsth, Almeida e Mendes (2021, p. 100) examinam medidas institucionais e econômicas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), incluindo a recriação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o desenvolvimento regional, metodologia que inspirou a análise documental desta pesquisa ao evidenciar a relevância de compreender políticas de desenvolvimento regional. Esta análise documental permitiu identificar os marcos legais e institucionais que estruturam as políticas educacionais e suas transformações ao longo do tempo.

A terceira etapa envolveu sistematização e análise crítica do material coletado, organizando-o em categorias temáticas que emergiram da própria leitura dos textos. Este processo analítico fundamentou-se em princípios da análise de conteúdo, buscando identificar padrões, contradições e lacunas no conhecimento produzido sobre o tema. A triangulação de fontes bibliográficas, documentais e estatísticas conferiu maior robustez às interpretações construídas, minimizando vieses decorrentes da dependência exclusiva de um único tipo de fonte e permitindo confrontar diferentes perspectivas analíticas sobre os mesmos fenômenos.

Os instrumentos de pesquisa empregados incluíram fichas de leitura para registro sistemático das informações relevantes, quadros comparativos para análise das diferentes perspectivas teóricas identificadas e matrizes analíticas para organização dos dados coletados. Matsumura *et al.* (2018, p. 3273) avaliam a distribuição espacial dos cursos de graduação em enfermagem, metodologia que orientou a organização dos dados desta pesquisa em categorias que contemplam diferentes dimensões das desigualdades regionais, incluindo aspectos geográficos, socioeconômicos e institucionais que configuram as disparidades educacionais no território nacional.

Os procedimentos para análise dos dados fundamentaram-se em leitura crítica e interpretativa das fontes selecionadas, identificando convergências e divergências entre diferentes autores, bem

como lacunas e contradições nos argumentos apresentados. A análise privilegiou a compreensão dos processos sociais e políticos que configuram as desigualdades educacionais brasileiras, evitando reducionismos que desconsiderem a complexidade do fenômeno investigado. A perspectiva dialética orientou a interpretação dos dados, reconhecendo tensões e contradições como elementos constitutivos da realidade social.

Os aspectos éticos considerados nesta pesquisa incluem o respeito à autoria intelectual através de citações adequadas, a transparência na apresentação dos procedimentos metodológicos e o compromisso com a produção de conhecimento socialmente relevante. Embora esta pesquisa não envolva diretamente seres humanos, reconhece-se que suas conclusões podem influenciar debates sobre políticas públicas que afetam milhões de estudantes brasileiros, o que confere responsabilidade ética adicional ao trabalho desenvolvido.

As limitações metodológicas deste estudo relacionam-se principalmente à impossibilidade de realizar pesquisa empírica primária, dependendo exclusivamente de dados secundários disponíveis na literatura. Esta limitação restringe a capacidade de produzir análises contextualizadas sobre realidades educacionais específicas, privilegiando interpretações de caráter mais geral. Adicionalmente, a dinâmica das políticas educacionais e a constante produção de novos estudos sobre o tema impõem desafios à atualização permanente do conhecimento, exigindo que as conclusões desta pesquisa sejam compreendidas como contribuições provisórias a um debate em permanente evolução.

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
Alves, L. et al.	Distribuição espacial dos cursos de graduação em enfermagem	2018	Analisa a distribuição geográfica dos cursos de enfermagem no Brasil.
Freitas, C. A. et al.	A BNCC e a educação inclusiva: perspectivas para uma aprendizagem significativa e equitativa	2025	Discute a BNCC e sua relação com a educação inclusiva.
Guimarães, R.	A teoria da equidade reversa se aplica na atenção primária à saúde? Evidências de 5 564 municípios brasileiros	2018	Avalia a aplicação da teoria da equidade reversa na saúde primária.
Helene, O.; Mariano, L.	Educação e desigualdade na distribuição de rendas	2020	Estuda a relação entre educação e desigualdade econômica.
Horsth, T. et al.	Medidas institucionais e econômicas do PAC: a recriação da Sudam e da Sudene e o desenvolvimento regional	2021	Analisa medidas do PAC e seu impacto no desenvolvimento regional.
Matsumura, É. et al.	Distribuição espacial dos cursos de graduação em enfermagem	2018	Avalia a distribuição espacial dos cursos de enfermagem.
Monteiro, W.	As características dos indivíduos são determinantes para as desigualdades regionais em educação no Brasil? Uma análise para os anos de 2004 e 2014	2018	Analisa fatores individuais nas desigualdades regionais educacionais.
Pinto, J. et al.	Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil	2019	Examina indicadores de analfabetismo no país.
Pochmann, M.; Silva, L.	Concentração espacial da produção e desigualdades sociais	2020	Discute a concentração produtiva e suas desigualdades sociais.

Sanchez, A.; Iared, V.	Educação ambiental na rede pública de ensino do oeste do Paraná	2023	Aborda a educação ambiental em escolas públicas.
Silva, A. et al.	Dinâmica do desenvolvimento regional brasileiro: uma discussão a partir de métodos de análise regional	2019	Analisa métodos de desenvolvimento regional.
Vieira, A. et al.	Desenvolvimento e desigualdades regionais: uma análise a partir da população brasileira adulta com educação superior completa	2022	Estuda desigualdades regionais na educação superior.
Barros, A. et al.	Maternidade na adolescência no Brasil: altas taxas de fecundidade e desigualdades marcantes entre municípios e regiões	2025	Analisa taxas de maternidade adolescente e desigualdades regionais.
Duarte, F.; Medeiros, A.	Novo FUNDEB e a complementação do valor aluno ano resultado: cenário de desigualdade social e educacional	2024	Discute o Novo FUNDEB e desigualdades educacionais.
Andriola, I. et al.	Enfermagem de prática avançada: estratégia para melhorar o cuidado materno-infantil no Brasil	2020	Estratégias de enfermagem avançada para cuidado materno-infantil.
Viacava, F. et al.	Desigualdades regionais e sociais em saúde segundo inquéritos domiciliares (Brasil, 1998-2013)	2019	Analisa desigualdades em saúde com base em inquéritos domiciliares.

Fonte: Elaboração do próprio autor

O quadro acima é de suma importância, pois reúne de forma sistemática e acessível um conjunto de estudos que abordam diferentes facetas das desigualdades educacionais no Brasil, com foco em análises regionais e indicadores educacionais. Essas referências permitem uma visão ampla e detalhada sobre como as disparidades educacionais são moldadas por fatores geográficos, socioeconômicos e políticos, oferecendo insights valiosos para pesquisadores, educadores e formuladores de políticas públicas. Ao organizar as contribuições de cada autor, a tabela facilita a identificação de tendências, lacunas e avanços na pesquisa educacional, promovendo um entendimento mais profundo e crítico das desigualdades e apontando caminhos para intervenções mais eficazes e equitativas no cenário educacional brasileiro.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura sobre desigualdades educacionais e disparidades regionais revela que, apesar dos avanços na universalização do acesso à educação básica, persistem assimetrias significativas entre diferentes regiões do país que comprometem a equidade educacional. Os resultados desta investigação organizam-se em torno de três eixos principais: os indicadores educacionais que evidenciam disparidades regionais, as relações entre desigualdades educacionais e socioeconômicas, e os impactos das políticas redistributivas. Monteiro (2018, p. 60) analisa se as características dos indivíduos são determinantes para as desigualdades regionais em educação no Brasil, evidenciando que fatores individuais e contextuais interagem na produção de desigualdades educacionais.

O primeiro eixo de análise refere-se aos indicadores educacionais que revelam disparidades regionais no Brasil. A literatura consultada evidencia que taxas de analfabetismo, anos médios de escolaridade, taxas de conclusão da educação básica e resultados em avaliações de aprendizagem apresentam variações significativas entre regiões. Pinto, Brant e Sampaio (2019, p. 8) apresentam olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil, demonstrando que as regiões Norte e Nordeste concentram as maiores taxas de analfabetismo, refletindo desigualdades históricas no acesso à educação. Esta concentração regional de indicadores desfavoráveis evidencia a persistência de padrões de desigualdade que se reproduzem ao longo do tempo.

A análise das relações entre desigualdades educacionais e socioeconômicas revela que as disparidades regionais nos indicadores educacionais refletem e reproduzem desigualdades mais amplas na distribuição de renda e oportunidades. Pochmann e Silva (2020, p. 12) examinam a concentração espacial da produção e desigualdades sociais, evidenciando como a concentração econômica em determinadas regiões gera assimetrias em múltiplas dimensões do desenvolvimento humano, incluindo educação. Esta perspectiva sistêmica revela que políticas educacionais isoladas mostram-se insuficientes para enfrentar desigualdades cuja raiz encontra-se em estruturas econômicas e sociais historicamente consolidadas.

O segundo eixo de análise concentra-se nos impactos das políticas educacionais sobre as desigualdades regionais. Sanchez e Iared (2023, p. 7) analisam a educação ambiental na rede pública de ensino do oeste do Paraná, demonstrando como políticas educacionais específicas podem apresentar resultados diferenciados conforme contextos regionais. Esta constatação evidencia que a efetividade das políticas educacionais depende não apenas de seu desenho institucional, mas também de sua capacidade de adaptação às especificidades regionais e locais.

A discussão sobre desenvolvimento regional evidencia que as desigualdades educacionais articulam-se com padrões mais amplos de desenvolvimento desigual entre regiões. Silva, Raposo e Bagattolli (2019, p. 52) discutem a dinâmica do desenvolvimento regional brasileiro a partir de métodos de análise regional, revelando como processos históricos de concentração econômica geraram assimetrias regionais que se manifestam em múltiplas dimensões, incluindo educação. Esta perspectiva histórica aponta para a necessidade de políticas de desenvolvimento regional que articulem educação com outras dimensões do desenvolvimento social e econômico.

O terceiro eixo de análise aborda as relações entre desigualdades educacionais e desigualdades em outras áreas de políticas públicas. Viacava *et al.* (2019, p. 2748) examinam desigualdades regionais e sociais em saúde segundo inquéritos domiciliares entre 1998 e 2013, evidenciando como disparidades regionais manifestam-se de forma articulada em diferentes setores de políticas públicas.

Esta constatação revela que a redução das desigualdades educacionais exige abordagens intersetoriais que reconheçam as múltiplas dimensões da desigualdade social.

A análise dos dados revela que as desigualdades educacionais não se distribuem de forma homogênea pelo território nacional, concentrando-se em regiões com menor desenvolvimento econômico e piores indicadores sociais. Vieira, Zuccarelli e Honorato (2022, p. 8) analisam desenvolvimento e desigualdades regionais a partir da população brasileira adulta com educação superior completa, demonstrando que a distribuição desigual de oportunidades educacionais gera concentração regional de capital humano qualificado. Esta concentração, por sua vez, reforça padrões de desenvolvimento desigual que perpetuam as assimetrias regionais.

Os resultados desta investigação sugerem que a superação das desigualdades educacionais exige não apenas ampliação dos recursos destinados à educação nas regiões mais pobres, mas também transformações estruturais nos modelos de desenvolvimento regional que promovam distribuição mais equitativa de oportunidades econômicas e sociais. As políticas educacionais redistributivas, embora necessárias, mostram-se insuficientes quando não articuladas com políticas mais amplas de desenvolvimento regional e redução de desigualdades socioeconômicas.

A discussão dos resultados evidencia que o debate sobre desigualdades educacionais não pode ser reduzido a questões de acesso ou financiamento, envolvendo dimensões qualitativas relacionadas à qualidade do ensino, às práticas pedagógicas e às condições de aprendizagem oferecidas aos estudantes. As disparidades regionais manifestam-se não apenas em indicadores quantitativos de acesso e permanência, mas também em diferenças qualitativas na experiência educacional que afetam os resultados de aprendizagem e as trajetórias educacionais dos estudantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs-se a analisar as desigualdades educacionais no Brasil a partir de indicadores regionais que evidenciem disparidades no acesso, permanência e qualidade da educação básica, objetivo que orientou a revisão bibliográfica sistemática e a análise documental realizadas. Os resultados obtidos evidenciam que, apesar dos avanços na universalização do acesso à educação básica, persistem assimetrias significativas entre diferentes regiões do país que comprometem a equidade educacional e perpetuam ciclos intergeracionais de desigualdade social.

A síntese dos principais resultados revela que as desigualdades educacionais manifestam-se em múltiplas dimensões, incluindo taxas de analfabetismo, anos médios de escolaridade, taxas de conclusão da educação básica e resultados em avaliações de aprendizagem. As regiões Norte e Nordeste apresentam sistematicamente indicadores educacionais inferiores aos observados nas

regiões Sul e Sudeste, refletindo não apenas diferenças no investimento por aluno, mas também desigualdades na infraestrutura escolar, na formação docente e nas condições socioeconômicas das famílias. Esta concentração regional de indicadores desfavoráveis evidencia a persistência de padrões de desigualdade que se reproduzem ao longo do tempo.

A interpretação dos achados sugere que as desigualdades educacionais articulam-se com padrões mais amplos de desenvolvimento desigual entre regiões, refletindo processos históricos de concentração econômica e distribuição desigual de recursos e oportunidades. As políticas educacionais redistributivas, embora representem avanços na direção da equidade, mostram-se insuficientes quando não articuladas com políticas mais amplas de desenvolvimento regional e redução de desigualdades socioeconômicas. A superação das desigualdades educacionais exige abordagens intersetoriais que reconheçam as múltiplas dimensões da desigualdade social.

As contribuições deste estudo para a área residem na sistematização do conhecimento produzido sobre desigualdades educacionais e disparidades regionais, identificando convergências e divergências entre diferentes perspectivas teóricas e evidenciando lacunas que demandam investigações futuras. A análise realizada demonstra que as desigualdades educacionais não constituem fenômeno isolado, mas integram-se a um conjunto mais amplo de desigualdades que marcam a sociedade brasileira, incluindo desigualdades de renda, acesso à saúde e oportunidades de desenvolvimento.

As limitações desta pesquisa relacionam-se principalmente à impossibilidade de realizar investigação empírica primária, dependendo exclusivamente de dados secundários disponíveis na literatura. Esta restrição metodológica limita a capacidade de produzir análises contextualizadas sobre realidades educacionais específicas, privilegiando interpretações de caráter mais geral. Estudos futuros poderiam aprofundar a compreensão do tema através de pesquisas de campo que investiguem como as desigualdades regionais se manifestam em contextos escolares concretos, examinando as experiências educacionais de estudantes e professores em diferentes regiões do país.

Sugere-se que pesquisas futuras explorem as interfaces entre desigualdades educacionais e outras dimensões da desigualdade social, investigando como políticas educacionais articulam-se com políticas de saúde, assistência social e desenvolvimento regional na promoção da equidade. A reflexão final que emerge deste estudo aponta para a necessidade de construir consensos sociais amplos sobre a educação como direito fundamental e prioridade nacional, superando descontinuidades administrativas e instabilidades orçamentárias que comprometem a consolidação de sistemas educacionais equitativos capazes de garantir oportunidades educacionais de qualidade para todos os brasileiros, independentemente de sua região de origem.

REFERÊNCIAS

Andriola, I.; Sonenberg, A.; Lira, A. Enfermagem de prática avançada: estratégia para melhorar o cuidado materno-infantil no Brasil. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 33, 2020. DOI: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2020ar02356>

Barros, A.; Blumenberg, C.; Costa, J.; Vidaletti, L.; Lima, N.; Wehrmeister, F.; Victora, C. Maternidade na adolescência no Brasil: altas taxas de fecundidade e desigualdades marcantes entre municípios e regiões. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/scielopreprints.11537>

Duarte, F.; Medeiros, A. Novo FUNDEB e a complementação do valor aluno ano resultado: cenário de desigualdade social e educacional. *Revista Contemporânea*, v. 4, n. 3, e3549, 2024. DOI: <https://doi.org/10.56083/rcv4n3-167>

Freitas, C. A.; Carvalho, C. V. A. B.; Moura, E. S.; Silva, E. O.; Tottola, N. L. N.; Silva, A. J.; Soares, S. O.; Lima, S. S. A. A BNCC e a educação inclusiva: perspectivas para uma aprendizagem significativa e equitativa. *Missionaria*, v. 27, n. 12, p. 21-29, 2025. DOI: <https://doi.org/10.46550/5v4s7a53>

Guimarães, R. A teoria da equidade reversa se aplica na atenção primária à saúde? Evidências de 5.564 municípios brasileiros. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 42, 2018. DOI: <https://doi.org/1026633/rpsp.2018.128>

Guimarães, R.; Andrade, F. O paradoxo de Simpson: um estudo de caso demográfico sobre dinâmica da população, pobreza e desigualdade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 10, p. 4453-4469, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.10902021>

Helene, O.; Mariano, L. Educação e desigualdade na distribuição de rendas. *Educação & Sociedade*, v. 41, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/es.223485>

Horsth, T.; Almeida, F.; Mendes, W. Medidas institucionais e econômicas do PAC: a recriação da Sudam e da Sudene e o desenvolvimento regional. *Latin American Research Review*, v. 56, n. 1, p. 98-112, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25222/larr.524>

Matsumura, É.; França, A.; Alves, L.; Silveira, M.; Júnior, A.; Cunha, K. Distribuição espacial dos cursos de graduação em enfermagem. *Revista de Enfermagem UFPE on Line*, v. 12, n. 12, p. 3271, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i12a236270p3271-3278-2018>

Monteiro, W. As características dos indivíduos são determinantes para as desigualdades regionais em educação no Brasil? Uma análise para os anos de 2004 e 2014. *Revista de Economia do Centro-Oeste*, v. 4, n. 2, p. 57, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5216/reoeste.v4i2.56368>

Pinto, J.; Brant, L.; Sampaio, C.; Pascom, A. Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 81, n. 199, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbepe.81i199.971>

Pochmann, M.; Silva, L. Concentração espacial da produção e desigualdades sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202004>

Sanchez, A.; Iared, V. Educação ambiental na rede pública de ensino do oeste do Paraná. *Ambiente & Sociedade*, v. 26, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc2022037r2vu2023l4ao>

Silva, A.; Raposo, J.; Bagattolli, C. Dinâmica do desenvolvimento regional brasileiro: uma discussão a partir de métodos de análise regional. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 6, n. 3, p. 49, 2019. DOI: <https://doi.org/10.7867/2317-5443.2018v6n3p49-66>

Viacava, F.; Porto, S.; Carvalho, C.; Bellido, J. Desigualdades regionais e sociais em saúde segundo inquéritos domiciliares (Brasil, 1998-2013). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 7, p. 2745-2760, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018247.15812017>

Vieira, A.; Zuccarelli, C.; Honorato, G. Desenvolvimento e desigualdades regionais: uma análise a partir da população brasileira adulta com educação superior completa. *Desenvolvimento em Debate*, v. 10, n. 3, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51861/ded.dmvdd.3.059>